

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS ASSENTADAS NO SUDOESTE DA BAHIA

*Silvia Regina Marques Jardim**

*Sidiney Alves Costa***

Resumo: O trabalho avalia resultados parciais da implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) por meio do projeto “Alfabetização e Escolarização de Pessoas Jovens e Adultas em áreas de Assentamento da Região Sudoeste da Bahia”. Dos trabalhadores rurais assentados na Região Sudoeste da Bahia, 1.080 estão sendo alfabetizados e 1.125 estão cursando o 1º Segmento do Ensino Fundamental (de 1ª a 4ª série). A metodologia de acompanhamento e avaliação do projeto contempla visitas às áreas, conversas com educadores, educandos e coordenadores locais e reuniões pedagógicas com líderes de movimentos sociais que participam do Programa, professores capacitadores e coordenações pedagógicas. O Pronera é um programa importante para a Educação do Campo, já que vem contribuindo para erradicação do analfabetismo em áreas de assentamento e elevação da escolaridade de jovens e adultos assentados. Este projeto amplia as práticas de cidadania e atende ao direito constitucional desses jovens e adultos à educação.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: silviaregina@uesb.br.

**Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: sidineycosta@bol.com.br.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação do Campo. Pronera.
Introdução

Este trabalho faz uma análise da implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) na região Sudoeste da Bahia e tem como foco o projeto “Reforma Agrária e Educação: Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos Assentados no Sudoeste da Bahia”, que está em execução desde fevereiro de 2005 e se estende até janeiro de 2006, com objetivo central de alfabetizar 1.165 assentados(as) e promover a escolarização (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental) de 1.125 educandos(as) dessa mesma região.

O Pronera atende a projetos de educação de jovens e adultos das áreas de assentamentos de reforma agrária e é desenvolvido no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio de parceria entre o Governo Federal, as instituições de ensino superior e os movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária.

Situa-se numa linha de continuidade do trabalho de extensão desenvolvido pela Uesb e visa orientar práticas pedagógicas e capacitar educadores(as) para o Ensino Fundamental em áreas da reforma agrária do Sudoeste da Bahia. A parceria para a realização desse projeto envolve a Uesb, como entidade executora, o Incra, entidade asseguradora, e os movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

A análise, portanto, está voltada para o processo de alfabetização e escolarização de pessoas jovens e adultas assentadas nessa região e atendidas pelo projeto, buscando refletir sobre os resultados do desenvolvimento do projeto com base na avaliação das ações executadas até o momento.

A motivação para a execução do projeto em estudo se encontra na necessidade de oferecer, de forma ampla e com qualidade, Educação de Jovens e Adultos (EJA), observando as diretrizes do Pronera, a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as contribuições educacionais dos movimentos sociais.

A relevância política da atuação do projeto pode ser evidenciada de muitas maneiras, mas basta mencionar que a região Nordeste tem a maior taxa de analfabetismo do país, sendo a população rural a que apresenta mais dificuldades de acesso à educação, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares (Pnads), apontados no Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP, 2003). A zona rural nordestina registrava índice de analfabetismo absoluto de 42,6% – considera-se analfabeto absoluto o indivíduo que não sabe ler e escrever um bilhete simples –, o que demonstra a importância política e pedagógica em amenizar ou, até mesmo, zerar esse número, visto que, historicamente, o funcionamento da educação no campo apresenta quadro de precariedade em razão de fatores diversos, como formação profissional e infra-estrutura inadequadas, por exemplo.

Outras motivações podem ser apontadas, tais como: estimular pesquisas que promovam a ampliação e a socialização do conhecimento sobre o campo; integrar universidade e assentamentos em teorias e práticas que contemplem o desenvolvimento sustentável do campo; pesquisar e/ou adequar material didático-pedagógico para o desenvolvimento do programa; estimular, nos assentamentos, uma cultura de que a educação é direito de todos e que sempre é tempo de ensinar e de aprender; aprofundar metodologias com base em vivências geradoras; aprimorar práticas que respeitem o jeito de aprender de cada tempo da vida; promover a alfabetização de jovens e adultos(as) assentados(as) que não tiveram esta oportunidade; complementar a escolaridade e oportunizar a formação continuada; construir processos interativos de produção do saber, valorizando a diversidade cultural, política e social; desenvolver ações ligadas à formação humana considerando os diferentes saberes produzidos no contexto social dos/as educandos/as; certificar os que tiverem sucesso no programa, segundo legislação educacional.

Fundamentação teórica

O projeto “Reforma Agrária e Educação: alfabetização e escolarização de jovens e adultos assentados no Sudoeste da Bahia” tem como referencial teórico os pressupostos de Educação Popular de Paulo Freire. Em vista disso, sentimos a importância de pensar a educação de pessoas jovens e adultas de forma ampla. Reflexões nos levaram a perceber a relevância das discussões deste conceito, como é enunciado pela “V Conferência Internacional de Educação de Adultos” realizada em Hamburgo, Alemanha, em 1997:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas cujo entorno social considera adultos desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos baseados na prática (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, Art. 3º apud DI PIERRO, 2000, p. 27).

Este conceito é coerente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, artigo 1º, que estende a abrangência da educação aos “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (DI PIERRO, 2000).

Assim, a educação de pessoas jovens e adultas refere-se aos processos educativos que visam à satisfação das necessidades educacionais e que atendem aos objetivos da Educação Básica enunciados no Artigo 22 da LDB: “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Nessa definição, a Educação Básica compreende não só

processos de formação geral, mas a eles articula e integra um conjunto heterogêneo de práticas de formação profissional e qualificação para o trabalho (BRASIL, 2002).

Outra perspectiva adotada na execução do projeto diz respeito à compreensão da multiplicidade de aprendizados produzidos e socializados entre os(as) trabalhadores(as) estudantes, universidades e movimentos sociais. A educação que resulta desta interação mostra novos modos de perceber o conhecimento como resultado de um conjunto de idéias, valores, teorias e métodos, cujo objetivo está em pensar o papel da escola nos processos de ensino-aprendizagem.

Em relação ao currículo e à metodologia adotados no desenvolvimento do projeto, foi priorizada uma proposta de Educação do Campo, na qual o sentido da educação está em valorizar as experiências e os objetivos de vida dos sujeitos do campo e reconhecer o trabalhador rural como sujeito que dialoga com distintos universos simbólicos e culturais. Por isso foram aprofundados referenciais que abordam as interações com a realidade dos trabalhadores, que adentram o seu cotidiano, ou seja, que entendam a realidade como ponto de articulação e reflexão da diversidade de experiências vivenciadas pelas comunidades rurais. Neste sentido, as ações pedagógicas foram centradas na identidade histórica dos trabalhadores do campo, cujas raízes se encontram na agricultura familiar, na cultura, na experiência dos sujeitos do campo, fatores que contribuem para estruturar e fortalecer o ambiente educacional no campo (CALDART, 2000; ARROYO, 2000; COSTA, 2002; 2004).

3 Metodologia

Realizamos o acompanhamento das atividades por meio de visitas às áreas de assentamento e de reuniões pedagógicas entre a coordenação pedagógica geral, a coordenação administrativa, as coordenações específicas, os coordenadores locais e representantes dos setores de educação dos movimentos. Os registros dos acompanhamentos foram

feitos em diários de campo, fotografias, entrevistas, questionários e conversas informais.

As visitas realizadas durante o período compreendido entre 1º de agosto de 2005 e 10 de outubro de 2005 abarcaram 20 escolas de assentamentos, num total de 25 turmas, nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Jaguaquara, Candiba, Poções, Encruzilhada, Itambé e Santa Inês. As visitas foram planejadas, de modo sistemático, e contaram com a colaboração dos coordenadores locais responsáveis pelo setor de educação de cada movimento. Nas conversas informais com os/as educandos/as e educadoras (quase todos eram mulheres; apenas dois homens), o objetivo foi estabelecer um ambiente de interação. Elas estiveram voltadas, basicamente, para um trabalho de fortalecimento da auto-estima, tanto dos educandos, quanto dos educadores, e de estímulos para que os primeiros não desistissem (evadissem) das aulas. Consideramos este um momento importante, em razão dos altos índices de evasão nos projetos de educação de pessoas jovens e adultas e na educação rural, uma realidade constatada nos estudos não somente sobre a Bahia, independente da política pública desenvolvida (DI PIERRO; HADDAD, 2000).

Com as visitas, buscamos identificar, ainda, o tipo de relação entre os educandos participantes, as condições do assentamento e de ensino (infra-estruturais e pedagógicas), bem como a relação dos educandos e educadores com o próprio Pronera. Ou seja: procuramos ouvir o que os sujeitos tinham a dizer sobre a implantação do Programa para, assim, podermos fomentar a reflexão sobre a Educação do Campo.

Durante as visitas, foram distribuídos questionários para educadores e coordenadores a fim de colhermos dados e termos subsídios que pudessem contribuir para o cumprimento dos objetivos e das metas prescritas no projeto. O questionário foi não apenas distribuído ao público visitado, como também enviado a educandos, educadores e coordenadores que não foram contemplados com as visitas. Este instrumento compôs-se de duas (2) questões fechadas e quatorze (14) abertas, de modo que esses sujeitos, com o questionário em mão e um tempo hábil maior para responder, pudessem refletir

sobre o programa, e os dados aí obtidos pudessem ser confrontados com as conversas informais ocorridas durante as visitas, buscando identificar melhorias a serem realizadas no projeto.

O processo de formação pedagógica, caracterizado como “formação em serviço”, dos agentes alfabetizadores e educadores do Pronera está em andamento, mas já foram realizadas duas etapas de desenvolvimento educacional, contemplando uma dinâmica que combina três momentos de trabalho intenso realizados na Uesb. A primeira, em fevereiro de 2005, e a segunda no mês de outubro. A terceira etapa está programada para ser realizada junto a cada um dos movimentos participantes do projeto (MTD, MST, Fetag), em ambientes indicados pelos próprios movimentos.

Os momentos reservados à capacitação adquirem uma importância crucial para reflexão e orientação da prática pedagógica vivenciada em cada sala de aula, em cada turma, em cada assentamento.

Resultados

Os primeiros resultados da implantação do projeto permitem vislumbrar o reconhecimento, por parte dos trabalhadores, do papel estratégico dos saberes relacionados à leitura e escrita como condição ao exercício da cidadania.

Os assentados afirmam que o programa é útil por possibilitar o aprendizado da escrita e da leitura, “melhorar a vida”, o que demonstra a valorização dessas habilidades pela população jovem e adulta das comunidades rurais. O domínio da leitura e da escrita significa, para eles, superar o estigma de não serem reconhecidos socialmente como cidadãos. Possui um sentido de conquista de um *status* social, ilustrado pela possibilidade de ler e assinar documentos importantes e realizar ações consideradas corriqueiras, como escrever uma carta para um ente querido ou ter autonomia para pegar um ônibus.

As falas dos educandos enfatizam a importância dos processos de ensino e aprendizagem no contexto de educação de pessoas jovens

e adultas do meio rural, os quais não devem ser fruto de projetos que tenham apenas caráter compensatório ou que sejam norteados por uma prática escolar tradicional e urbanocentrada (COSTA, 2002). Estes projetos devem-se constituir em processos dinâmicos voltados para a multiplicidade de experiências e vivências que compõem o cotidiano dos trabalhadores-estudantes, a fim de que estes tenham instrumentos para refletir e construir novas possibilidades de uma vida melhor.

A execução parcial do projeto permite estimar a repercussão das atividades desenvolvidas, destacando-se sua relevância em função do número de educandos/as, alfabetizando/as, educadores/as, monitores/as, coordenadores locais, professores e profissionais da universidade que participam e atuam no projeto.

Os resultados constituem estímulo a educadores(as) e educandos(as) à consciência de que a formação fortalece a cidadania, mas a sua manutenção e ampliação, na atualidade, devem ser um processo constante. A existência do programa propicia a busca pela melhoria da infra-estrutura das salas de aulas, a ampliação do número de escolas, o atendimento a novas áreas de assentamento ou acampamentos, a diversificação do material didático e o estímulo a freqüentar a escola, pela sua proximidade do assentamento.

O grau de abrangência do projeto, apesar de não atender a todos que necessitam dessa formação, é considerável uma vez que estão sendo contemplados: 16 (dezesesseis) assentamentos e 2 (dois) acampamentos, distribuídos em 6 (seis) municípios da Região Sudoeste da Bahia, com 14 (quatorze) turmas de alfabetização, cada uma delas com 20 (vinte) alunos, e 24 (vinte e quatro) turmas de escolarização de 1º segmento, cada uma com 25 (vinte e cinco) educandos(as) indicados pelo MST; 8 (oito) assentamentos e 6 (seis) acampamentos, espalhados por 12 (doze) municípios com 32 (trinta e duas) turmas de alfabetização, cada uma com 20 (vinte) alunos, e 17 (dezessete) turmas de escolarização de 1º segmento indicados pela Fetag; 8 (oito) turmas de alfabetização e 4 (quatro) turmas de escolarização, demandas apresentadas pelo MTD apenas para o município de Vitória da Conquista. Portanto, estão sendo

beneficiados, ao todo: 1080 alfabetizandos(as), distribuídos em 54 turmas com 20 alunos, e 1125 educandos na escolarização de 1º segmento, divididos em 45 turmas com 25 educandos.

Os obstáculos que encontramos, até o presente momento, estão sendo superados de forma a não causar grandes prejuízos à execução do projeto. Alguns, entretanto, devem ser analisados não só para a melhoria deste projeto em andamento, mas para projetos que possam vir a atuar em áreas de assentamento de reforma agrária.

A infra-estrutura das salas de aula é a principal dificuldade na execução das ações. Percebemos, nas visitas, que algumas salas possuem iluminação precária, prejudicando o bom aproveitamento das aulas. Muitos educandos têm problemas de visão (miopia, astigmatismo, catarata etc.) e não têm acompanhamento médico ou recursos para adquirir óculos.

Outra dificuldade é o fato de que as ações do Pronera não contemplam merenda escolar, entendida como atividade importante no processo de aprendizado, já que muitos destes educandos estudam à noite, logo após suas atividades na terra, não tendo tempo, portanto, de se alimentarem antes das atividades escolares. A merenda, segundo educandos e educadores, também auxilia no processo de aprendizagem, pois propicia um “despertar” do sono, adquirido no dia de trabalho intenso no campo.

Os materiais didáticos não têm sido suficientes para as atividades, embora a sua aquisição seja contemplada pelo Pronera. Os assentamentos estão localizados em lugares distantes e, na maioria das vezes, os educadores não dispõem de recursos didáticos importantes, como material de apoio, material de consumo e material permanente.

Considerações finais

Nossas considerações reafirmam o interesse e as práticas participativas do Pronera na promoção de uma educação do campo que promova mudanças educacionais atreladas a diretrizes de desenvolvimento sustentável do campo. Entendemos que essa educação

deve acontecer numa perspectiva de emancipação e transformação social, o que exige a construção de novos procedimentos e nova relação epistemológica com o conhecer e com o conhecimento. Trata-se, portanto, de compreender a inter-relação existente entre conhecimento e ação no contexto político, econômico e cultural da reforma agrária.

Os resultados, ainda que parciais, da implantação do projeto “Reforma Agrária e Educação: Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos Assentados no Sudoeste da Bahia” demonstram o reconhecimento, por parte dos trabalhadores, do papel estratégico dos saberes relacionados à leitura e escrita na sociedade atual. Ter o domínio da leitura e da escrita significa *status* e, ao mesmo tempo, condições de realizar ações corriqueiras que envolvem essas práticas.

Constatamos que as expectativas e os horizontes de aprendizagens estão se concretizando para que a população assentada possa vir a ter instrumentos de reflexão e construção de novas possibilidades de vida na multiplicidade de experiências e vivências que compõem o seu cotidiano.

É saliente considerar a importância do Pronera que, ao pensar a Educação do Campo de forma integrada, não despreza a necessidade de contínua formação dos alfabetizadores, educadores, coordenadores e dos próprios educandos. Por isso, convém destacar o papel da formação pedagógica dos agentes alfabetizadores e educadores do Pronera, “formação em serviço”.

A realização do Pronera tem atingido os objetivos propostos de promover, estimular e refletir sobre as políticas e ações dos movimentos sociais do campo, dos poderes públicos e da universidade, no que se refere à educação de pessoas jovens e adultas. Dessa forma, o projeto demonstra, até o momento, que os objetivos estão sendo alcançados e que a metodologia adotada mostrou-se eficiente.

Observamos que o Pronera, entendido como suplementar às políticas públicas na área de Educação, e a parceria desenvolvida, no presente projeto, entre o MDA/Incra, o Pronera, a Uesb e os movimentos sociais (MST, Fetag e MTD) vem mostrando resultados

relevantes, pois muitas pessoas jovens e adultas assentadas estão tendo oportunidade de exercer seu direito constitucional à educação e de ampliar suas oportunidades de praticar sua cidadania.

Por isso, a importância pedagógica em desenvolver um projeto como este está na possibilidade de oportunizar o acesso à **escola no campo**. Outro fator pedagógico importante é o fortalecimento da **Educação do Campo**, desenvolvida por meio do estudo sistematizado das “Diretrizes Operacionais de Educação Básica do Campo” e das teorias de Educação Popular, bem como teorias que ressaltam a educação como processo de formação humana. Assim, elevar o patamar de escolarização e a permanente qualificação, em todos os níveis, no meio rural, passa a ser um desafio pedagógico central.

EDUCATION OF THE FIELD: LITERACY AND BASIC SCHOOLING OF YOUTH AND ADULTS IN THE BAHIA SOUTHWEST

Abstract: This paper makes some considerations about the National Program of Education in the Agrarian Reform (Pronera) through the project “Literacy and youth and adults schooling in areas of Establishment of the Bahia Southwest “. Of the rural workers seated in the Bahia Southwest, 1.080 are being alphabetized and 1.125 are studying the 1st Segment of the Fundamental Teaching (from 1st to 4th series). The accompaniment methodology and evaluation of the project contemplates visits to the areas, chats with educators, students and local coordinators and pedagogic meetings with leaders of social movements that participate in the Program, teachers trainers and pedagogic coordinations. As a result of the work developed until the moment, it can be affirmed that Pronera is an important program for the Education of the Field, because it contributes to democratizing opportunities for literacy, basic schooling and continued education.

Key words: Youth and adults schooling. Education of the Field. Pronera.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Monçano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, v. 2, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo).

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOGO, Ademar. **A vez dos valores**. São Paulo: MST, 1998.

_____. **O MST e a cultura**. São Paulo: MST, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília/DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2002. Resolução CNE/CEB n. 1, 3 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

CALDART, Roseli Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Sidiney Alves. **Os sem terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

_____. O processo de luta pela e a construção da identidade e do modo de vida dos Sem Terra. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, SP: Centro Universitário de Araraquara (Uniara); Brasília, DF: CNPq, n. 9, p. 175-194, 2004.

_____. Aprender e educar com a escola coletiva; caminhos de inserção social da comunidade. In: CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2005. Vitória da Conquista: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Mimeografado.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. reimp. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, MG: Anped; Campinas: Autores Associados, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

JARDIM, Silvia Regina Marques. Educação do Campo: perspectivas e metodologias de intervenção. In: CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2005. Vitória da Conquista: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Mimeografado.

KOLLING, Edgar J. NERY, I. R. MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, v. 1).

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau, SP: Letras à Margem; CNPq, 2002.